



mangualde
município

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES
NAS ESCOLAS RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO**

AJUSTE DIRETO

(Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto)

ÍNDICE

PARTE I - Cláusulas gerais	1
Capítulo I – Disposições gerais	1
1. Objeto	1
2. Celebração do contrato	1
3. Elementos que instruem a proposta	1
4. Prazo de execução do contrato	2
Capítulo II – Obrigações contratuais	2
Secção I – Obrigações do prestador de serviços	2
Subsecção I – Disposições gerais	2
5. Obrigações principais do adjudicatário	2
6. Execução do contrato	2
Subsecção II – Dever de sigilo	3
7. Dever de sigilo	3
8. Prazo do dever de sigilo	3
Secção II – Obrigações do Município	3
9. Preço base	3
10. Preço anormalmente baixo	3
11. Preço contratual	4
12. Adjudicação	4
13. Condições de pagamento	4
14. Gestor do Contrato	4
Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução	4
15. Penalidades contratuais	4
16. Força maior	5
17. Resolução por parte do contraente público	6
18. Resolução por parte do adjudicatário	6
Capítulo IV – Caução e seguros	6
19. Caução	6
20. Seguros	6
Capítulo V – Resolução de litígios	6
21. Foro competente	6
Capítulo VI – Disposições finais	7
22. Subcontratação e cessão da posição contratual	7
23. Comunicações e notificações	7

24.	Contagem dos prazos	7
25.	Encargos do concorrente	7
26.	Legislação aplicável	7
PARTE II – Cláusula Técnicas		9
27.	Objeto da prestação de serviços	9
28.	Obrigações do adjudicatário	9
29.	Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais	10
30.	Avaliação da qualidade da prestação de serviços	10
PARTE III – Cláusulas de Proteção de Dados		11
31.	Definições e Interpretação	11
32.	Princípios Gerais	11
33.	Obrigações Gerais	12
34.	Obrigações Específicas do Prestador em Matéria de Proteção dos Dados Pessoais	12
35.	Obrigações da Câmara Municipal de Mangualde	13
36.	Responsabilidades	14
37.	Subcontratação	14
38.	Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados	15
39.	Violações de Segurança de Dados e Requisitos de Notificação	15
40.	Incumprimento	16
41.	Cláusula Informativa	16

PARTE I - Cláusulas gerais

Capítulo I – Disposições gerais

1. Objeto

1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para manutenção e execução de pequenas reparações nas escolas responsabilidade do Município, de acordo com a Parte II – Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

2. Celebração do contrato

2.1. O contrato escrito é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c)** O presente caderno de encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

2.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no *ponto 2.2* e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no *artigo 99.º do CCP* e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no *artigo 101.º* desse mesmo diploma legal.

3. Elementos que instruem a proposta

3.1. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a)** Preço mensal;

3.2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do *Anexo I ao CCP*, de acordo com a redação dada pelo *Decreto – Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto*, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para o obrigar.

4. Prazo de execução do contrato

4.1. O contrato mantém-se em vigor por um período **doze meses**, após a data da celebração do contrato escrito, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

4.2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

4.3. O presente contrato terminará quando deixem de ser consideradas necessárias as suas prestações de serviços no âmbito do atrás referido, sendo a cessação do contrato notificada com aviso prévio de 60 dias, sem direito a indemnização.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I – Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I – Disposições gerais

5. Obrigações principais do adjudicatário

5.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações definidas na Parte II – Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

6. Execução do contrato

6.1. O serviço deverá ser executado nos termos definidos na Parte II – Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

6.2. A qualquer momento a entidade adjudicante ou outras entidades mandatadas para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato, o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas penalidades contratuais.

6.3. A entidade adjudicante e o adjudicatário obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

6.4. Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nome comercial, logótipo e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

6.5. A prestação de serviços objeto do contrato a celebrar por via do presente procedimento não pode, em situação alguma, prejudicar o normal e regular funcionamento da entidade adjudicante.

6.6. A entidade adjudicante não se responsabiliza por quaisquer danos causados no equipamento e material afeto à prestação de serviços, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelos agentes, funcionários,

colaboradores ou trabalhadores ao serviço do adjudicatário, salvo se resultarem de culpa devidamente comprovada dos trabalhadores da entidade adjudicante no exercício das suas funções.

Subsecção II – Dever de sigilo

7. Dever de sigilo

7.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mangualde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

7.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

7.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

8. Prazo do dever de sigilo

8.1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II – Obrigações do Município

9. Preço base

9.1. O preço base do presente procedimento é de **€ 14 400,00 (catorze mil e quatrocentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que o Município de Mangualde se dispõe a pagar pela execução da aquisição de serviços que constitui o objeto do contrato, resultante do histórico de avenças anteriores.

10. Preço anormalmente baixo

10.1. Não aplicável no presente procedimento.

11. Preço contratual

11.1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Mangualde deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

11.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, aprovisionamento, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

12. Adjudicação

12.1. A adjudicação do presente fornecimento, só terá lugar quando existirem fundos disponíveis, de acordo com o estabelecido na *Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro*.

13. Condições de pagamento

13.1. As quantias devidas pelo Município de Mangualde devem ser pagas, em princípio, nos 30 dias seguintes à apresentação nos Serviços das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a receção das respetivas requisições enviadas pela entidade adjudicante, nos termos da *Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro*.

14. Gestor do Contrato

14.1. Para acompanhamento da execução e gestão do contrato será designado **Margarida Constantino**, do Serviço da Educação.

Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução

15. Penalidades contratuais

15.1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mangualde pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega constantes na proposta, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P \times V \times N$, em que P = Percentagem da pena (1%); V = Valor contratual; N = Número de dias em atraso.

15.2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Mangualde pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente ao período que decorreria até à cessação

do contrato.

15.3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mangualde terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

15.4. O Município de Mangualde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

15.5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mangualde exija uma indemnização por dano.

16. Força maior

16.1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

16.2. Podem constituir força maior, os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

16.3. Não constituem força maior, designadamente as:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

16.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

16.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

17. Resolução por parte do contraente público

17.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, o Município de Mangualde poderá resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a)** Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 1ª do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
- b)** Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

17.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

18. Resolução por parte do adjudicatário

18.1. O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

Capítulo IV – Caução e seguros

19. Caução

19.1. Não haverá lugar à prestação de caução, de harmonia com o previsto no *nº 2 do art.º 88º do CCP*.

20. Seguros

20.1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de seguro, de todos os riscos inerentes à presente prestação de serviços, designadamente a cobertura de acidentes de trabalho e responsabilidade sobre terceiros.

20.2. O Município de Mangualde pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 48 horas.

Capítulo V – Resolução de litígios

21. Foro competente

21.1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal

Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI – Disposições finais

22. Subcontratação e cessão da posição contratual

22.1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

22.2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a)** Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b)** A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no *artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)*, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

23. Comunicações e notificações

23.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

23.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de cinco (5) dias úteis.

24. Contagem dos prazos

24.1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

25. Encargos do concorrente

25.1. Constituem encargos do concorrente, as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato escrito que aí houver lugar, despesa esta mencionada na nossa Tabela de Taxas e Preços, capítulo I, Secção I, artigo 1.º, n.º 9, disponível na página do Município de Mangualde no endereço https://www.cmmangualde.pt/wp-content/uploads/2025/01/Tab_Taxas_Taxas_Precos.pdf.

26. Legislação aplicável

26.1. O contrato é regulado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, alterado e republicado pelo *Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto* e restante legislação aplicável na matéria.

PARTE II – Cláusula Técnicas

27. Objeto da prestação de serviços

27.1. O objeto principal é a aquisição de serviços, em regime de avença, tendo por objeto prestações sucessivas, no exercício de profissão liberal para manutenção e execução de pequenas reparações nas escolas responsabilidade do Município:

- a) Resolução de situações pontuais de reparações necessárias diminuindo a degradação precoce e reduzindo os grandes investimentos em reparações;
- b) Auxílio nos serviços de manutenção elétrica;
- c) Executar trabalhos vários na área civil e de carpintaria;
- d) Reparação de equipamentos/máquinas existentes nas escolas;
- e) Pequenos serviços de canalização.

28. Obrigações do adjudicatário

28.1. O adjudicatário obriga-se a executar os contratos a celebrar por via do presente procedimento de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, know-how, diligência e zelo e recorrendo a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos necessários e adequados para a execução dos mesmos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

28.2. Para além das previstas no CCP, constituem obrigações do adjudicatário, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nas peças do procedimento:

- a) Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81º do CCP;
- b) Comunicar à entidade adjudicante o(s) facto(s) que torne(m) total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar, logo que deles tenha conhecimento;
- c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação dos serviços e demais esclarecimentos que se justifiquem, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros relacionados com condições que não se encontrem previstas no presente procedimento contratual;
- d) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
- e) Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato a celebrar por via

do presente procedimento, e comunicar à entidade adjudicante a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação, sendo que ao gestor em causa cabe desempenhar o papel de interlocutor com a entidade adjudicante;

- f)** Disponibilizar à entidade adjudicante toda a informação relevante para a gestão do contrato a celebrar por via do presente procedimento, designadamente qualquer relatório especialmente previsto no presente caderno de encargos;
- g)** Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
- h)** Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos nas peças do procedimento.

29. Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais

29.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** Efetuar a prestação de serviços durante o período de doze meses após a data de celebração do contrato escrito, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato;
- b)** Manter uma vez por mês, reuniões de coordenação com os representantes da autarquia;
- c)** Proceder à manutenção ou reparação no prazo de 24 horas após solicitação;
- d)** Estar disponível quando a Câmara solicitar a sua presença.

29.2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

30. Avaliação da qualidade da prestação de serviços

30.1. A avaliação da qualidade do serviço é efetuada com recurso a auditorias, onde o avaliador definirá se o cumprimento dos requisitos e níveis de serviço definidos na cláusula anterior, bem como dos restantes termos do presente caderno de encargos.

30.2. As auditorias são realizadas pelo gestor do contrato ou por uma terceira entidade, escolhida pela entidade adjudicante, acompanhada pelo gestor nomeada por parte do adjudicatário, sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria.

PARTE III – Cláusulas de Proteção de Dados

31. Definições e Interpretação

31.1. Todas as expressões em maiúsculas não definidas que sejam utilizadas na presente Adenda/Cláusula/Capítulo terão o mesmo significado, conforme estipulado no contrato.

31.2. As expressões “responsável pelo tratamento”, “subcontratante de tratamento de dados”, “dados pessoais”, “tratamento” e “medidas técnicas e organizativas adequadas”, “autoridade de controlo relevante” terão o significado que lhe é atribuído pelo RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais (“legislação aplicável”).

31.3. Em caso de conflito ou divergência entre os termos da presente Adenda/Cláusula/Capítulo e os termos do contrato, na medida em que se refiram ao tratamento dos dados pessoais, os termos aqui presentes prevalecerão.

32. Princípios Gerais

32.1. A execução do objeto do contrato a celebrar implica o acesso e tratamento de dados pessoais, pelo que está sujeito ao regime jurídico definido no Regulamento (UE) 2016/679, Lei 58/2019 de 8 de agosto e restante legislação aplicável.

32.2. Sem prejuízo das obrigações específicas aqui presentes, o prestador obriga-se a cumprir as disposições daquele Regulamento em tudo quanto for aplicável à execução do contrato a celebrar.

32.3. O prestador obriga-se ainda a tomar conhecimento, cumprir e apoiar a Câmara Municipal de Mangualde no cumprimento da sua Política de Privacidade, disponível para consulta no site oficial do mesmo.

32.4. De acordo com o artigo 28.º, n.º 1 do RGPD, *“o responsável pelo tratamento recorre apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do presente regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados”*.

32.5. Conforme dispõe ainda o artigo 28.º, n.º 3 do RGPD, o contrato entre o responsável pelo tratamento e subcontratante relativo ao tratamento de dados pessoais pelo segundo por conta do primeiro *“é regulado por contrato ou outro ato normativo”*, sendo que o n.º 9 do mesmo artigo define que o contrato ou outro ato normativo deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

32.6. Ainda no n.º 3 do mesmo preceito, este estabelece um conjunto de estipulações a constar obrigatoriamente do contrato que titula aquela relação de subcontratação, sendo que o subcontratante *“trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento”*.

32.7. Impõe-se, por isso, regular os termos em que o Prestador efetua o processamento de Dados por conta da Cliente no quadro da execução dos serviços objeto deste contrato.

33. Obrigações Gerais

33.1. Os dados pessoais a que o Prestador tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Câmara Municipal de Mangualde, ao abrigo do Contrato, serão tratados pelo Prestador, na qualidade de subcontratante, em estrita observância de instruções documentadas da Câmara Municipal de Mangualde, na qualidade de responsável pelo tratamento, e apenas na medida e conforme necessário à prestação dos Serviços.

33.2. A Câmara Municipal de Mangualde prestará toda a cooperação e informação que o Prestador possa razoavelmente solicitar de forma a permitir que o Prestador cumpra as suas obrigações nos termos do presente, em conformidade com o disposto na legislação Aplicável.

34. Obrigações Específicas do Prestador em Matéria de Proteção dos Dados Pessoais

34.1. Constituem obrigações específicas do Prestador no âmbito da proteção dos dados pessoais a que tenha acesso e que sejam objeto de tratamento no âmbito da execução do presente contrato:

- a)** Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b)** Prestar a cooperação, assistência e informação necessárias para que a Câmara Municipal de Mangualde possa cumprir as suas obrigações decorrentes da Legislação Aplicável, incluindo em caso de exercício de direitos pelos titulares dos dados e assim cooperar e cumprir as orientações ou decisões da autoridade de controlo relevante;
- c)** Dispor de medidas técnicas e organizativas adequadas ao cumprimento da Legislação Aplicável e reunir todas as condições para executar as obrigações que para si advêm do contrato/adenda, em relação ao tratamento de dados pessoais, de forma a assegurar que a Câmara Municipal de Mangualde não incorra em violação de qualquer das suas obrigações quanto ao tratamento de dados pessoais;
- d)** Dispor de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança dos dados adequados ao risco, em particular contra a destruição, perda e alterações acidentais ou ilícitas, e divulgação ou acesso não autorizados aos dados pessoais;
- e)** Disponibilizar à Câmara Municipal de Mangualde todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de Proteção de Dados;
- f)** Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da Câmara Municipal de Mangualde, ou decorrente de obrigação legal;
- g)** Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- h)** Garantir que os seus colaboradores ou quaisquer outras pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade, aceitando vincular-se a obrigações idênticas às que se aplicam ao Prestador nos termos deste

Acordo/Contrato, adotando também as medidas de segurança correspondentes;

- i) Apoiar a Câmara Municipal de Mangualde na resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
- j) Disponibilizar, a pedido da Câmara Municipal de Mangualde e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes da Câmara Municipal de Mangualde auditem a conformidade do Prestador com os requisitos na presente Adenda/Contrato e na legislação aplicável.
- k) Permitir o acesso da Câmara Municipal de Mangualde aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;
- l) Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam exigidos pela Câmara Municipal de Mangualde, através do seu Encarregado da Proteção de Dados, no âmbito da aplicação dos presentes termos;
- m) Informar prontamente a Câmara Municipal de Mangualde sempre que seja intimado por qualquer autoridade competente, incluindo tribunais, órgãos de polícia criminal ou a CNPD, a fornecer acesso a Dados, bem como a colaborar com a Câmara Municipal de Mangualde e atuar em resposta a tais intimações de acordo com as instruções legítimas recebidas da Câmara Municipal de Mangualde;

34.2. O Prestador declara oferecer garantias suficientes e adequadas de que se encontra apto ao desempenho das obrigações que para si decorrem da presente Adenda/Contrato/Caderno de Encargos e que implementará os processos apropriados e todas as medidas técnicas associadas que assegurem que as instruções da Câmara Municipal de Mangualde possam ser convenientemente executadas.

34.3. Finda a vigência do contrato, o Prestador tem a obrigação, consoante a escolha da Câmara Municipal de Mangualde de eliminar/apagar ou devolver, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Câmara Municipal de Mangualde, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

35. Obrigações da Câmara Municipal de Mangualde

35.1. A Câmara Municipal de Mangualde obriga-se a cumprir as disposições legais e regulatórias aplicáveis, incluindo as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPD”), nas instruções fornecidas ao Prestador quanto aos tratamentos de Dados efetuados por sua conta ao abrigo desta Adenda/Caderno de Encargos/Contrato.

35.2. A Câmara Municipal de Mangualde, na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento cumprirá com as seguintes obrigações:

- a) Facultar o acesso ao prestador aos dados pessoais que sejam necessários para a prestação dos

serviços objeto do contrato a celebrar;

- b)** Supervisionar o tratamento, incluindo através da realização de inspeções e auditorias.
- c)** No caso de a Câmara Municipal de Mangualde realizar uma auditoria, esta avisará o Prestador previamente e com um prazo razoável. Se for caso disso, a Câmara Municipal de Mangualde obriga-se ainda a realizar a auditoria de forma a criar o mínimo de obstáculos possível à atividade do Prestador.
- d)** O direito de auditoria não inclui o direito de a Câmara Municipal de Mangualde aceder a informação própria do Prestador ou de Terceiros.

36. Responsabilidades

36.1. O prestador será responsável por qualquer prejuízo que a Câmara Municipal de Mangualde venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Prestador, e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação do disposto nesta adenda/contrato e/ou legislação aplicável.

36.2. Para efeitos da presente Adenda/Contrato, por “colaborador” entende-se toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que forneça serviços ao Prestador, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo estabelecido entre o Prestador e o referido colaborador.

37. Subcontratação

37.1. A Câmara Municipal de Mangualde autoriza o Prestador a designar subcontratantes ulteriores para a prestação dos serviços como novos subcontratantes de tratamento de dados, em nome da Câmara Municipal de Mangualde, ao abrigo do contrato, desde que:

- a)** O Prestador tiver notificado, por escrito, a Câmara Municipal de Mangualde da sua intenção, de recorrer a subcontratantes ulteriores, fornecendo a identificação completa, sede ou estabelecimento principal do(s) subcontratante(s);
- b)** Os subcontratantes ulteriores apresentem medidas técnicas e organizativas adequadas ao tratamento de dados pessoais associados aos Serviços, nos termos desta Adenda/Contrato e da Legislação Aplicável; e
- c)** Os subcontratantes ulteriores aceitem as obrigações previstas na presente Adenda/Contrato e se vinculem às mesmas através de acordo escrito.

37.2. Não obstante o número anterior, a subcontratação só será admissível se a Câmara Municipal de Mangualde a aceitar expressamente por escrito ou se não tiver manifestado a sua oposição no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da notificação escrita do Prestador efetuada, nos termos previstas na alínea a) do n.º 1 supra.

37.3. O Prestador reconhece e aceita que, ainda que tenha cumprido as suas obrigações especificadas na

Adenda/Contrato, continua a ser plenamente responsável perante a Câmara Municipal de Mangualde pelo incumprimento das obrigações do(s) subcontratante(s) ulterior(es) a que recorra para o cumprimento das respetivas obrigações ao abrigo desta Adenda/Contrato.

37.4. O Prestador, na qualidade de subcontratante, assumirá a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer multas, sanções, indemnizações, danos e/ou prejuízos em que possa vir a ser condenado por factos que lhe sejam imputáveis no âmbito da utilização indevida dos Dados recolhidos e/ou tratados ao abrigo desta Adenda/Caderno de Encargos ou do Contrato.

37.5. É considerada utilização indevida dos Dados toda aquela que não for executada nos precisos termos das instruções dadas pela Câmara Municipal de Mangualde.

38. Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados

38.1. Quando solicitado pela Câmara Municipal de Mangualde, o Prestador colocará à sua disposição todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento pela Câmara Municipal de Mangualde da legislação aplicável.

38.2. O Prestador auxiliará a Câmara Municipal de Mangualde na concretização de quaisquer avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto do contrato, nos termos do RGPD.

38.3. O Prestador, após a realização das devidas avaliações de impacto, também colaborará com a Câmara Municipal de Mangualde na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.

39. Violações de Segurança de Dados e Requisitos de Notificação

39.1. O Prestador obriga-se a notificar a Câmara Municipal de Mangualde de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir à Câmara Municipal de Mangualde, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD.

39.2. A notificação de violação de dados deverá incluir:

- a)** Uma descrição detalhada da violação de dados;
- b)** O tipo de dados que foram objeto de violação de segurança;
- c)** As categorias e o número de titulares afetados (ou aproximado, caso não seja possível definir);
- d)** Uma descrição das consequências prováveis da violação de segurança,
- e)** Uma descrição das medidas adotadas ou propostas para serem realizadas pelo Prestador para tratar a violação de segurança, incluindo, quando apropriado, as medidas para mitigar os seus possíveis efeitos adversos.

39.3. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

39.4. O Prestador deve tomar medidas imediatas para investigar a violação de segurança e para identificar,

prevenir e fazer todos os esforços para mitigar os efeitos de uma eventual violação de segurança de acordo com as suas obrigações, nos termos desta Adenda/Contrato e, mediante acordo prévio com a Câmara Municipal de Mangualde, para realizar qualquer recuperação ou outra ação necessária para sanar a violação de segurança.

39.5. O Prestador não deve disponibilizar ou publicar qualquer ficheiro, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer violação de segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia, por escrito, da Câmara Municipal de Mangualde.

40. Incumprimento

40.1. O Prestador indemnizará a Câmara Municipal de Mangualde por todos os custos por esta incorridos em virtude de quaisquer procedimentos, queixas ou medidas contra esta, resultantes de qualquer incumprimento das garantias e obrigações constantes da presente Adenda/Caderno de Encargos/Contrato por parte do Prestador.

41. Cláusula Informativa

41.1. Os dados pessoais das pessoas singulares que intervenham na assinatura e na gestão e execução do contrato a celebrar em nome e representação e/ou por conta de cada uma das partes, serão tratados sob a responsabilidade da parte recetora, para a celebração, desenvolvimento, manutenção e controlo do contrato e cumprimento das suas respetivas obrigações legais.

41.2. O titular dos dados pessoais poderá exercer os direitos de acesso, retificação, oposição apagamento, portabilidade, limitação do tratamento, bem como quaisquer outros direitos que sejam reconhecidos na lei, relativamente ao tratamento de que cada parte é respetivamente responsável, dirigindo-se por escrito, à atenção do respetivo responsável ou encarregado da proteção de dados.

41.3. O tratamento dos dados é necessário para as finalidades indicadas anteriormente e os seus fundamentos de legitimidade são:

- a)** a celebração, execução, cumprimento e controlo da relação contratual entre as partes e;
- b)** o cumprimento de obrigações legais a que a Câmara Municipal de Mangualde está sujeita.

Mangualde, 3 de fevereiro de 2025

O Técnico Superior,